

VOZES do Paraopeba



Minas Gerais — junho de 2025 | Ano 4 | Edição 43 | www.aedasmg.org | distribuição gratuita |  **Aedas**

INÍCIO DO ANEXO I.1

RENOVA AS EXPECTATIVAS

ENTIDADE GESTORA APRESENTA PLANO DE EXECUÇÃO
COM IMPLEMENTAÇÃO DA GOVERNANÇA POPULAR



Foto: João Dias / Aedas

VOZES DA GENTE

Veja depoimentos das pessoas atingidas das regiões 1 e 2

pág. 03

HISTÓRIAS ATINGIDAS

Mãe Alice e a sua luta em defesa do culto a tradição e a ancestralidade

pág. 04

PTR

Atingidos contestam argumentos da mineradora Vale sobre o fim do programa

pág. 05

ACESSO À JUSTIÇA

Formação promovida pela Aedas discute acesso a direitos para as pessoas atingidas

pág. 08-9

EXPEDIENTE

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas, Mateus Leme com PCTRAMA) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.



Aedas – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Coordenação Estadual
Cauê Melo
Heiza Maria Dias
Luis Henrique Shikasho

Aedas Paraopeba

Gerência Geral

Diva Braga
Gabriela Cotta
Ranúzia Neta

Coordenação de Comunicação

Elaine Bezerra

Gestão Operacional

Valmir Macêdo

Equipe de Comunicação

Jornalistas:

Felipe Cunha, Lucas Jerônimo,
Valmir Macêdo, Diego Cota,
Júlia Rohden, Douglas Keesen,
Isis de Oliveira, João Dias

Diagramação:

Aleff Rodrigues, Julia Rocha,
Wagner Túlio Paulino

Edição e Revisão:

Elaine Bezerra
Valmir Macêdo

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas.

Tiragem: 8 mil exemplares



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

Contatos Aedas Paraopeba:

Telefone – (31) 9 9840-1487

Região 1 – Brumadinho
atingidosparaopeba1@aedasmg.org

Região 2 – Betim, Igarapé, Juatuba,
Mário Campos, São Joaquim de Bicas,
Mateus Leme/PCTRAMA
atingidosparaopeba2@aedasmg.org

OS DESAFIOS DE SER ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE NAS REGIÕES 1 E 2 DA BACIA DO PARAOPEBA

O contexto do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) envolve uma série de desafios complexos específicos sobre as condições específicas das Regiões 1 e 2 que, inclusive, abrangem o epicentro do desastre-crime, agravados pelos limites da gestão do processo de Reparação em toda a Bacia do Rio Paraopeba e Represa de Três Marias.

- A notificação das IJs, sobre os valores para atuação nas 5 regiões da bacia no que tange a execução do Anexo 1.1, define o valor máximo a ser executado pelas Aedas, em R\$ 17.873.511,33 milhões para R1 e R2 (Aedas), correspondendo a menos de 30% dos 62.526.696,28, recurso total destinado ao assessoramento do anexo 1.1.

Alguns desafios no trabalho da ATI são constantes:

- Cortes de recursos (financeiros e operacionais) impostos (direta ou indiretamente) comprometem e violam o direito dos atingidos e impõe limites à autonomia e independência da ATI.

- Os atrasos e demoras nos processos de tomada de decisões geram falta de previsibilidade orçamentária. O que atinge diretamente o planejamento, continuidade e qualidade dos serviços prestados às comunidades atingidas.

- A cada processo de renovação de plano de trabalho a ATI tem sido pressionada a reduzir sua atuação nas regiões 1 e 2, o que viola diretamente o direito à Assessoria Técnica

Foto: Júlia Rohden / Aedas



Atingidos e Atingidas durante espaço participativo do Anexo I.1

Independente, garantido nas legislações estadual e federal.

- A atuação da Aedas depende fortemente da mobilização social e da participação ativa das comunidades para reuniões, oficinas, eventos formativos e visitas de campo, com as regiões com maior público-alvo.

- Caso recursos suficientes não sejam garantidos, a capilaridade e o alcance da atuação da Aedas será comprometidas e dificultará o acesso da população às informações técnicas, essenciais para a reparação justa.

- Isso gera desconfiança, sensação de abandono e enfraquece os vínculos estabelecidos com os territórios.

A Aedas enfrenta pressões políticas e institucionais

relacionadas à sua atuação crítica e independente frente à reparação promovida pela Vale. O interesse de deslegitimação da ATI, por parte de instituições ligadas à empresa ou interessadas em controlar o processo de reparação é recorrente.

As alterações do percentual de distribuição de recursos destinados à ATI, indicadas para as Regiões 1 e 2, não oferecem bases técnicas e representam um obstáculo grave à efetividade e qualidade do trabalho da Assessoria Técnica Independente, violando o direito dos atingidos à participação informada, à isonomia, à transparência e à justiça no processo de reparação, além da credibilidade e confiança da população no processo de reparação.

VOZES DA GENTE

As vozes são plurais e, juntas, ecoam a luta pela reparação integral. Na 43ª edição do Vozes da Gente, destacamos depoimentos das pessoas atingidas das regiões 1 e 2 que participaram da formação em direitos humanos e do festejo da Cavalgada em Brumadinho.

LAÇOS QUE UNEM COMUNIDADES

“Eventos como a cavalgada é um fio condutor que tece a união entre as comunidades. É uma oportunidade de fortalecer laços afetivos, criando memórias e cultivando o sentimento de pertencimento.



VANESSA CRISTIANE,
Parque da Cachoeira, Brumadinho

FORTALECENDO A LUTA COLETIVA

“O encontro foi uma oportunidade de nos reunirmos novamente para debater assuntos coletivos, como a participação e os nossos direitos. Com isso, conseguimos mais qualidade para discutir os danos que sofremos. Nós, enquanto população atingida, precisamos nos enturmar e lutar pelos nossos direitos.



WILIVIS LEMOS,
Colônia Santa Isabel, Betim

REPARAÇÃO COM JUSTIÇA HISTÓRICA

“É importante para a gente nesse processo de reparação não esquecer de dar prioridade para esses grupos, porque num ambiente desse de crime, onde houve o rompimento, é necessário levar em consideração esses grupos que historicamente são mais sofridos. É dar uma importância e uma satisfação no momento da reparação integral que a gente como atingido tanto almeja.



SCHIRLENE GERDIKEN,
Aranha, Brumadinho

PARTICIPAÇÃO DESDE CEDO

“Nós lutamos para tentar ver a melhora, para que não só os adultos, mas também as crianças e adolescentes vejam a realidade como ela é, porque junto nós conseguimos. É legal as crianças estarem presentes (no espaço participativo) para verem a realidade mesmo.



JADDY RODRIGUES,
Vale do Sol, São Joaquim de Bicas

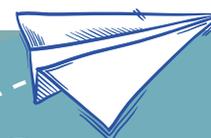


Participe do Vozes da Gente!
Acesse o formulário em nosso site e nos envie sua mensagem.

aedasmg.org/vozesdagente



aedasmg.org | [@aedasmg](https://www.instagram.com/aedasmg)



histórias atingidas

Mametu L'Oya Vulunã: guardiã de saberes e ancestralidade

Texto e fotografias: Felipe Cunha
Revisão: Diego Germano (equipe PCT)

"ESSA É A MINHA MAIOR FELICIDADE: **ESTAR AQUI**"



▪ **ALICE FERREIRA (MÃE ALICE)**
71 ANOS, SÃO JOAQUIM DE BICAS

Alice Ferreira, a Mametu L'Oya Vulunã, ou Mãe Alice, é sacerdotisa do Ilê de L'Oya, terreiro de Candomblé de Angola em São Joaquim de Bicas. Nascida em Lavras, iniciou sua espiritualidade aos sete anos, sob a inspiração do pai, que conduzia um terreiro de Umbanda. Em 1985, foi iniciada no Candomblé, encontrando ali sua morada espiritual regida por Matamba e Kavungo.

Em 1996, ergueu sua casa Ilê de L'Oya em Belo Horizonte, um espaço de acolhimento, nguzu e resistência. Naquela época, era preciso ir à delegacia pedir permissão para cultuar. Com o apoio do CENARAB, obteve registros e CNPJ, garantindo o direito de existir com dignidade e cultuar suas

tradições de matriz africana.

Mãe Alice conduzia sua casa com devoção, mas foi forçada a partir, expulsa pelo peso da intolerância religiosa na capital e reconstruiu sua casa em São Joaquim de Bicas, em 2000.

"Aqui é tudo para mim. Me sinto completa", diz. Ela pertence à tradição Bantu Kasanje de Tatetu Arabomi e transmite seus saberes pela oralidade e vivência. Em tempos velozes, ela preserva a essência: "Candomblé é o antigo. É andar de pé no chão, cumprir preceito, ser recolhido".

Para Mãe Alice, o Candomblé não é receita de bolo: "Cada pessoa tem sua individualidade. O nkise é individual junto com a energia cósmica, você tem que amar e se dedicar para servir".



Atingiram a Natureza, feriram o Sagrado

O tempo da natureza, que rege o compasso do Candomblé, foi profundamente atingido com o rompimento da barragem. "As águas foram atingidas. E é nelas que a gente levava presente pra Dandalunda. Atingiu os peixes, o solo, o ar e toda vez que contamina a parte terra, mexe com Kavungo".

Não se nasce uma Muzenza sem folha, sem água, sem peixe — "nós vivemos da natureza. E no futuro, como serão os Candomblés? Onde irão buscar a força, o axé, as energias para manter vivas suas casas?".

O calendário ancestral que pulsa no Ilê

Em março, tocam para os Caboclos. Em abril, homenageiam Nkosi, senhor da guerra e dos caminhos. Em junho, o Ilê realiza a festa para Luangu,

um dos caminhos de Nzazi, senhor do fogo. Em agosto, celebra a Kokuana, festa dedicada a Kavungo, Katendê, Angorô, Zumba. Em outubro, é tempo de reverenciar Nvunji, à proteção das crianças. E em dezembro, voltam-se às santas femininas, celebrando Matamba, Kaiaia, Dandalunda.

A força de estar aqui



Quando pergunto o que a mantém firme, Mãe Alice responde: "Ter a certeza de que o Nkise existe. É ter humildade espiritual para enxergar o outro na igualdade, e, acima de tudo, é ter amor ao próximo, porque se você não amar o outro, não pode verdadeiramente se amar". E finaliza: "Pode até cair o mundo, mas enquanto Matamba e Kavungo me derem terra, me derem ar, eu estarei aqui — e essa é a minha maior felicidade: estar aqui!"

PTR: ATINGIDOS REBATEM ARGUMENTOS DA VALE SOBRE O FIM DO AUXÍLIO

ATUALIZAÇÃO.
Em nota, Movimento dos Atingidos por Barragens contesta os argumentos apresentados pela mineradora

Douglas Keesen

Desde março de 2025, atingidos pelo rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, intensificaram a mobilização em defesa da continuidade do Programa de Transferência de Renda (PTR) ou da criação de um novo auxílio financeiro. A ação teve início com o protocolo de um pedido de urgência na Justiça, solicitando que a mineradora a continuidade do direito ao Auxílio.

Em resposta, o juiz de primeira instância reconheceu a urgência da demanda, determinando que a Fundação

“

Os danos ainda estão em curso e que o Acordo não abrangeu todos os prejuízos

Getúlio Vargas (FGV) calcular os valores necessários para manter o programa até 2026 e ordenou que a Vale depositasse parte desses recursos em juízo.

Contudo, a empresa recorreu da decisão e, no dia 24 de abril, a juíza de segunda instância, Maria Dolores Cordovil, suspendeu a determinação anterior, solicitando manifestações tanto da FGV quanto dos compromitentes do Acordo. Em resposta, associações representativas das pessoas atingidas protocolaram uma complementação do pedido, fundamentada em estudos técnicos e na Política Nacional dos Atingidos por Barragens (PNAB). O pedido reforça a necessidade de prorrogar o PTR até 2031 ou instituir um novo auxílio com valor mínimo de um salário-mínimo.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) endossou os argumentos das associações e, por meio de parecer apresentado no dia 30 de abril, sustentou que esse apoio deve permanecer até que os atingidos recuperem, no mínimo, as condições de vida anteriores ao rompimento. O parecer também reafirmou a importância de manter a tutela de urgência, exigindo o depósito dos valores indicados pela FGV.

Em 13 de maio, durante o dia de mobilizações e lutas, atingidos e atingidas das 5 regiões se reuniram com a juíza Maria Dolores para discutir o tema. A magistrada reconheceu a complexidade da situação e destacou a necessidade de



Atingidas e Atingidos participam do ato realizado no dia 13 de maio

ouvir todas as partes envolvidas antes de tomar qualquer decisão.

Em 16 de maio deste ano, a FGV apresentou sua manifestação em resposta ao pedido de informações feito pela juíza Maria Dolores, no contexto da Nova Ação Civil Pública que trata da continuidade do PTR.

A Fundação informou que a duração do programa foi encurtada em um mês, previsto agora para encerrar-se em dezembro de 2025, em razão da aprovação de novos cadastros.

MANIFESTAÇÃO DA VALE

A mineradora se manifestou alegando ter cumprido todas as suas responsabilidades dentro do prazo e que o PTR acabaria com suas obrigações relativas a qualquer pagamento aos atingidos.

MAB REBATE OS ARGUMENTOS DA VALE

No dia 16 de junho, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), manifestou-se, por meio de nota, contra o

recurso apresentado pela mineradora, contestando cada ponto da petição.

Nota destaca que as necessidades dos atingidos estão amplamente documentadas por órgãos e instituições como o MPMG, AECOM, CTC-UFMG, ATIs e dados da própria Vale. Ressalta que as ações emergenciais da empresa não substituem o direito à consulta livre e informada dos Povos e Comunidade Tradicionais e que os atrasos nos planos de reparação tornam inviável o prazo original de 10 anos do Acordo.

Também é contraposto os argumentos jurídicos da Vale, afirmando que os danos ainda estão em curso e que o Acordo não abrangeu todos os prejuízos. Reafirmando que o MPMG cumpriu seu papel ao exigir a continuidade do auxílio, com base nos direitos humanos e no princípio da precaução ambiental e defendendo que a PNAB é aplicável mesmo após o Acordo e que os vetos presidenciais não têm valor jurídico.

Você pode conferir a nota na íntegra no site: mab.org.br

Foto: Felipe Cunha /Aedas

ENTIDADE GESTORA APRESENTA PLANO DE EXECUÇÃO E SE PREPARA PARA INÍCIO DO ANEXO I.1

PROJETOS. O início da execução foi marcado pela solenidade realizada no último dia 5 de junho

Lucas Jerônimo

A Entidade Gestora, liderada pela Cáritas Minas Gerais, apresentou o plano de execução para o Anexo I.1, os Projetos de Demandas das Comunidades e Linhas de Crédito e Microcrédito. O plano prevê duas ondas, sendo a primeira prevista até maio de 2026, abrangendo os projetos e linhas de crédito em nível local e regional. A segunda inclui os projetos de estruturas e demandas locais e inter-regionais.

As informações foram apresentadas durante a solenidade de lançamento da execução do Anexo I.1 ocorrida no dia 05 de junho no Salão Vermelho do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em Belo

Horizonte. Atingidos e atingidas das cinco regiões da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias participaram do evento.

Apesar de tardio, as pessoas atingidas avaliam com expectativas este início da execução, como destacou Cláudia Saraiva, atingida da RI. “É um marco na história, que possamos ser reparados numa coletividade. É muito importante a participação de todos que se sente lesado e que tem um projeto pra poder reparar a sua região. A gente tem que fazer dar certo”, avalia.

De acordo com a Proposta Definitiva, o início da execução do Anexo I.1 se dá com a implementação da Governança Popular, onde serão inauguradas junto à Entidade Gestora os conselhos locais, regionais, e o inter-regional, além de serem estabelecidos alguns setores.

Nessa fase inicial, o Anexo I.1 contará com uma aplicação teste, o chamado projeto piloto do Anexo, que terá a duração de dois anos e um valor de 326.772.777,86 (trezentos e vinte e seis milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e setenta e sete reais e oitenta e seis centavos) destinados à Proposta Definitiva.

“O início da execução do Anexo I.1 se dá com a implementação da Governança Popular

Nesse primeiro momento, devem ser iniciados os setores de Povos e Comunidades Tradicionais, Zona Quente e Familiares de Vítimas Fatais. Além disso, está previsto na Proposta Definitiva, para os primeiros meses, a fase de priorização dos danos para elaboração das linhas de projetos da primeira onda.

Também estão previstas formações iniciais, promovidas pela Entidade Gestora, com as pessoas atingidas que têm atuado na construção da Governança.

“Nós sabemos muito bem que as pessoas jamais terão uma recomposição integral daquilo que foram os danos provocados pelas tragédias, mas nós temos que mitigar esses problemas. E mitigar implica em deixar com que as pessoas participem do processo de reparação e participem ativamente”, afirmou Paulo de Tarso, Procurador de Justiça.

A Aedas segue atuando no processo de preparação das comunidades e lideranças para implementação da Governança



Lideranças atingidas e técnicos em lançamento da execução do Anexo I.1

Foto: João Dias

Popular e para construção dos Planos Participativos de Desenvolvimento e Reparação.

Como parte desse processo, acontecem, por exemplo, as reuniões intercomunitárias, onde as pessoas atingidas podem organizar, na prática, seus futuros conselhos locais a serem conduzidos pelas comunidades. Tais espaços participativos já ocorreram com temas como a proposição de regras iniciais e regimento para os conselhos locais, conferência de danos. Os próximos passos preveem discussões de regras e regimento de setores, e retomada dos debates sobre os conselhos.

QUESTIONAMENTOS

Na solenidade de lançamento de execução do Anexo I.1, as pessoas atingidas apresentaram perguntas e posicionamentos sobre a divisão de recursos e seus critérios, sobre comunidades elegíveis e a preocupação sobre a reparação socioambiental e a contaminação dos seus territórios, e como isso interfere diretamente na reparação socioeconômica.

Entre as questões apresentadas, se destacou, entre outros, a necessidade de subsídio material e financeiro das pessoas atingidas para a atuação na

governança popular, pela garantia do real protagonismo das lideranças atingidas no processo de reparação.

A Entidade Gestora informou que elaborou um documento com a estimativa de custeio de recursos e salários para os membros do conselho e o enviou para as Instituições de Justiça. As IJs, por sua vez, informaram que sua contribuição neste tema seria apenas colaborativa, pois o poder sobre gestão, fiscalização e controle dos recursos pertencem somente às pessoas atingidas.

Sobre a contratação para os postos de trabalho, a Entidade Gestora disse que a prioridade será das pessoas atingidas e que será formalizado em um edital que também vai tratar de conflitos de interesses existentes nas proposições de projetos ou linhas de créditos e microcréditos solicitados por futuros membros dos conselhos.

No tema fiscalização e transparência, a Entidade Gestora informou que existirá em seu site uma aba disponível para prestação de

contas e que, na estrutura de governança, será criado o Conselho de Transparência Financeira, com a finalidade fiscalizar o número de projetos contratados, o que foi gasto, quantas operações de créditos e microcréditos feitas e qual a taxa de inadimplência, por exemplo.

E AGORA?

No atual momento, a Entidade Gestora se organiza para realizar as primeiras atividades no território, apresentará um cronograma com os próximos passos com e prazos e atividades, além de elaborar um cronograma detalhado para cada região.

“A gente tem que fazer dar certo



ATRASOS NA REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL GERAM DANOS ÀS PESSOAS ATINGIDAS

ENTREVISTA. Kleiton da Silva, da equipe Marcadores Sociais das Diferenças, aponta a demora no Plano de Recuperação Socioambiental da Bacia do Paraopeba, na dragagem do rio e em estudos

Júlia Rohden

Os danos socioambientais causados pelo rompimento da barragem, somados aos danos gerados ou agravados pelos atrasos na reparação, são tema de constante denúncia por parte das pessoas atingidas. Kleiton da Silva, da equipe Marcadores Sociais das Diferenças da Aedas, explica o que está previsto na reparação socioambiental e como tem acontecido na prática.

De que forma a reparação socioambiental está prevista no Acordo?

Kleiton Silva: Dentro do Acordo temos o Anexo I que trata da reparação socioeconômica e o Anexo II que trata da reparação socioambiental. O Anexo II está separado em três partes.

A primeira (Anexo II.1) trata do Plano de Recuperação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba. Neste plano, a consultoria ARCADIS, contratada pela Vale, propõe uma diversidade de projetos para mitigar os danos socioambientais e recuperar as áreas degradadas pelo rejeito da barragem como, por exemplo, o Programa de Dragagem do Rio Paraopeba e os Programas de Monitoramento de Águas Superficiais, Sedimentos e Águas Subterrâneas.



Foto: João Paulo Dias/Aedas

Em 2024, a Aedas apresentou na Região 2 os resultados de levantamentos de danos socioambientais.

A segunda parte (Anexo II.2) trata da compensação dos danos já conhecidos, ou seja, projetos ou programas que diminuam os danos socioambientais causados pelo rompimento. Como as obras de Saneamento Básico Universal nos municípios, controle de doenças em animais domésticos e as Listas Vermelhas com as espécies de animais e plantas ameaçadas de Minas Gerais.

A última parte (Anexo II.3) trata de projetos relacionados à segurança hídrica na Região Metropolitana de BH, ou seja, ações que visam garantir o abastecimento de água para a população através da ampliação de sistemas de distribuição já existentes e a implantação de novas captações de água e reservatórios.

E como de fato está acontecendo?

K.S.: Existem atrasos de cronograma em praticamente todos os projetos e programas previstos para a recuperação socioambiental do Ribeirão Ferro Carvão e da Bacia do Rio Paraopeba.

Alguns dos exemplos que temos conhecimento através das reuniões mensais da AECOM são:

O Plano de recuperação socioambiental da Bacia do Paraopeba, conhecido como Plano ARCADIS, vem sendo debatido desde 2019. No entanto, até o momento não há uma versão definitiva detalhando de forma transparente quais serão as medidas de mitigação e recuperação do rio que deverão ser implementadas.

Isso impede o acompanhamento do tema e prejudica a participação informada das pessoas atingidas.

A dragagem do Rio Paraopeba é a ação que envolve a remoção dos rejeitos depositados na calha do rio e seu devido descarte. O planejamento inicial de conclusão da dragagem dos primeiros 2 km até março de 2022 foi alterado para agosto de 2025, com previsão de término da recuperação dos 46 km apenas em dezembro de 2027.

Um terceiro exemplo é em relação ao Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE). A previsão era de conclusão em 2025, no entanto, a primeira das cinco fases – que compreende o levantamento de demandas das comunidades atingidas – ainda não foi finalizada.



Foto: Felipe Cunha/Aedas

Pessoas atingidas participaram da audiência pública realizada em abril na Assembleia Legislativa para debater as condições socioambientais e de saúde.

O que esse contexto de atrasos causa na vida das pessoas atingidas?

K.S.: Esses atrasos atingem principalmente a saúde das pessoas atingidas. A não retirada dos rejeitos do Ribeirão Ferro Carvão, da calha e leito do Rio Paraopeba gera um risco de exposição à contaminação que afeta a saúde mental e física das pessoas atingidas. Por exemplo, a falta de informação sobre a reparação gera um relaxamento em relação às condições ambientais do rio, levando pessoas ao retorno da atividade da pesca, e a ampliação da exposição direta a contaminantes.

Outro exemplo é a fragilidade do monitoramento da qualidade do ar, mesmo diante dos resultados que estudos realizados no território vêm apresentando. Vemos cada vez mais atingidas e atingidos adoecidos com dermatites e problemas respiratórios, aumentando

também o custo de vida e o tempo investido por essas pessoas nos cuidados com a saúde.

Além disso, o atraso na reparação socioambiental e a falta de informações sobre os riscos relacionados a esse atraso impedem que as pessoas atingidas possam tomar decisões acertadas em relação aos rumos da reparação socioeconômica dentro do território.

Como a Aedas pode auxiliar as comunidades?

K.S.: No último ano, temos atuado através do atendimento das demandas das pessoas que procuram a Aedas para relatar as situações e problemas que vivenciam em relação aos danos socioambientais, dando apoio no encaminhamento de denúncias, reclamações e solicitações junto a outras instituições como Assembleias Legislativas e Secretarias Municipais e Estaduais.

Além disso, acompanhamos as reuniões mensais da auditoria AECOM e publicamos matérias no nosso site, bem com fazemos o repasse nas reuniões de comissões.

Atuamos também fortalecendo a vigilância popular em saúde através da participação das pessoas atingidas na construção de

políticas públicas, como na consulta pública ao Protocolo de Assistência à Saúde aos Casos de Exposição a Substâncias Químicas Decorrentes da Atividade Minerária no Âmbito do SUS-MG; e na composição do Grupo de Trabalho Impactos da Mineração para saúde Humana, coordenado pela Secretaria Estadual de Saúde de MG que trabalha na elaboração do Plano Estadual de Atenção Integral à Saúde das Populações Atingidas por Desastres Minerários e residentes em regiões mineradoras.

Há novas perspectivas?

No dia 12 de maio houve uma decisão judicial liberando recursos relacionados ao Plano de Trabalho do Processo. Então existe a perspectiva de que a ATI, em breve, iniciará o acompanhamento da perícia, demandas emergenciais, estudos de risco, direitos individuais, entre outros.

“
Existem atrasos de cronograma em praticamente todos os projetos e programas previstos para a recuperação socioambiental do Ribeirão Ferro Carvão e da Bacia do Rio Paraopeba.

FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

JUSTIÇA E DEFESA. Caminhos de acesso a direitos para as pessoas atingidas

Foto: João Dias / Aedas



Isis de Oliveira

No dia 21 de junho, as comunidades atingidas das Regiões 1 e 2 participaram da Formação em Direitos Humanos. A iniciativa integra um conjunto de ações voltadas à justiça social e à garantia dos direitos humanos de grupos historicamente vulnerabilizados no território atingido.

Nas atividades, as pessoas atingidas dialogaram sobre a cartilha Justiça sem Barreiras - O impacto dos Marcadores Sociais da Diferença no acesso à justiça no contexto da reparação integral. O material apresenta personagens que representam o dia a dia das pessoas atingidas contando histórias que mostram como os marcadores sociais da diferença — como raça, gênero, pessoas com deficiência, pessoas idosas, crianças, adolescentes e jovens, população LGBTQIAPN+ e pessoas que vivem em situação de desigualdade econômica — se manifestam na vida delas.

FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO

A FDH foi um espaço participativo coletivo de aprendizado e fortalecimento político



Foto: João Dias / Aedas

Formação em Direitos Humanos em Brumadinho.

das comunidades atingidas. O objetivo foi oferecer informação acessível e crítica, dialogando com o conteúdo da cartilha e promovendo o protagonismo popular no processo de reparação.

Na R1, o encontro aconteceu na Pinacoteca de Brumadinho. Para Schirlene Gerdekin, da comunidade Aranha, o debate sobre vulnerabilidade no território é fundamental: “É importante para a gente nesse processo de reparação não esquecer de dar prioridade para esses grupos, porque num ambiente desse de crime, onde houve o rompimento, é necessário levar em consideração esses grupos que historicamente são mais sofridos.”

Na R2, a formação ocorreu na Escola Municipal Frei Groot em

Betim. Maria Gorete da comunidade Santa Ana em Igarapé, fala sobre os direitos: “É muito importante, não só para mim, mas para toda a comunidade, saber quais os direitos que a gente tem e quais os deveres

também. Na minha comunidade, falta água para o lugar que eu moro, por exemplo.” Ela reforça, também, que por ser uma mulher negra, o preconceito é uma barreira que incomoda e exclui: “Tem lugares que eu nem gosto de ir. Eu não gosto de ir por causa da minha cor.”

João Índio, liderança do povo indígena Aranã, fala sobre acesso: “Às vezes você tem que ter só acesso como indígena ou como negro, como quilombola, isso é complicado. Mas eu acho legal quando você tem essa diferença, mesmo que seja um pouco mais barrado, é interessante porque você é tratado de maneira especial, diferente.”

Conversamos com Cecília Godoi, coordenadora geral da equipe de Marcadores Sociais das Diferenças da Aedas, que



Foto: João Dias / Aedas

Lideranças dos Povos e Comunidades Tradicionais debatem direitos na R1

explicou a motivação do trabalho: “A criação da cartilha vem do desejo de refletir um pouco sobre o direito à defesa das pessoas atingidas. Estamos em um processo judicial onde a gente tem exposto todos os meios e mecanismos de dominação que a empresa poluidora traz ostensivamente para o território. A partir dessa série de danos sofridos, o nosso papel, enquanto ATI é de construir condições de defesa para elas.”

Enquanto os debates ocorriam nos grupos e plenária, as crianças e adolescentes também dialogaram sobre os temas da formação em Direitos Humanos em atividades propostas pela Aedas durante a Ciranda.

RADAR AMBIENTAL

As comunidades atingidas também puderam conferir o app de denúncias “MP Radar Ambiental”, uma iniciativa



Foto: João Dias e Douglas Keesen/ Aedas

Comunidades atingidas participaram da formação em Brumadinho e Betim.

do Conselho Nacional do Ministério Público, órgão que fiscaliza e orienta todos os Ministérios Públicos do Brasil. O aplicativo, criado originalmente pelo MP do Amapá, é uma ferramenta que facilita a denúncia de crimes e danos ambientais em qualquer lugar do país.

Kalahan Battiston, da equipe MSD Aedas, destacou as funcionalidades do aplicativo: “A gente consegue ver no mapa vários pontos com vários tipos

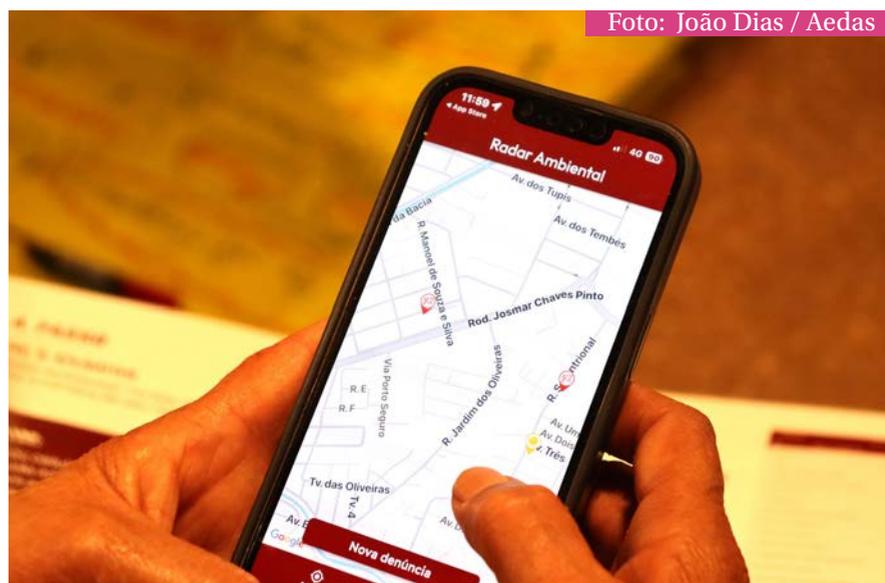


Foto: João Dias / Aedas

Pessoas atingidas aprenderam a usar o app MP Radar Ambiental



Foto: João Dias, Douglas Keesen e Janaína Rocha/ Aedas



Crianças e Adolescentes são sujeitos de direitos.

“
É muito
bem-vindo
o aplicativo,
eu gostei.”

de crimes ambientais, que passam por queimadas, poluição sonora, poluição do ar e da água, há uma lista grande de denúncias que você pode realizar lá. O aplicativo vem como mais uma ferramenta para dar visibilidade aos danos ambientais que as populações atingidas vêm enfrentando,

principalmente na questão da reparação socioambiental.”

Lúcio de Souza da comunidade FHEMIG, na R2, avaliou positivamente o aplicativo: “É só a gente pegar as especificações e fazer as denúncias, principalmente para a comunidade que está na beira do rio, que sabe o que a gente está passando. É muito bem-vindo o aplicativo, eu gostei.”

Frank dos Reis, da comunidade São Conrado em Brumadinho, resalta a utilidade do aplicativo. “Ele ajuda a mostrar às pessoas que têm menos conhecimento em tecnologias, que nós podemos sim contribuir e fazer denúncias.”

4 em cada dez pessoas LGBTQIAPN+ já sofreram discriminação no trabalho no Brasil.

Fonte: Pesquisa LinkedIn.



Por uma sociedade em que todos os **direitos sejam garantidos**, todas as existências respeitadas e nenhuma forma de discriminação ou violência seja tolerada. **A luta das pessoas LGBTQIAPN+* é também uma luta por justiça social e por democracia.**

* Cada letra tem um significado específico: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Não-bináries. O "+" representa outras identidades e orientações que não estão explicitamente na sigla.